

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência Página 1 de 1



Processo: 1102207

Natureza: CONSULTA

Consulente: Marcelo Heitor da Silva

Jurisdicionada: Câmara Municipal de Poços de Caldas

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Marcelo Heitor da Silva, presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, nos seguintes termos:

Pode, em tese, a Câmara Municipal despender recursos de seu Orçamento para custear a contratação de empresa visando instruir a confecção de Plano Diretor Municipal, Planta Genérica de Valores, Carta Geotécnica e Diagnóstico Urbano?

A consulta foi distribuída ao conselheiro substituto Hamilton Coelho, que determinou o encaminhamento dos autos a esta <u>Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência</u> para verificação do último pressuposto de admissão, previsto no inciso V do § 1º do art. 210-B, <u>regimental</u>, e elaboração do relatório de que trata o subsequente § 2º.

II. HISTÓRICO DE DELIBERAÇÕES

Pode, em tese, a Câmara Municipal despender recursos de seu Orçamento para custear a contratação de empresa visando instruir a confecção de Plano Diretor Municipal, Planta Genérica de Valores, Carta Geotécnica e Diagnóstico Urbano?

Em pesquisa realizada nos sistemas <u>TCJuris</u> e <u>MapJuris Consultas</u>, nos <u>informativos de jurisprudência</u> e nos <u>enunciados de súmula</u>, verificou-se que o questionamento proposto pelo consulente, **nos exatos termos ora suscitados**, ainda **não** foi objeto de deliberação desta Corte de Contas.

III. CONCLUSÃO

Ex positis, verifica-se que este Egrégio Tribunal de Contas <u>não possui deliberações em tese</u> que tenham enfrentado, <u>de forma direta e objetiva</u>, questionamento <u>nos exatos termos</u> ora suscitado pelo consulente.

Assevera-se, por derradeiro, que o relatório confeccionado por esta <u>Coordenadoria</u> não se consubstancia em parecer conclusivo, tendo por escopo indicar, se for o caso, as deliberações proferidas pelo Tribunal sobre a questão suscitada e seus respectivos fundamentos, sem análise das especificidades porventura aplicáveis.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2021.

Juliana Cristina L. de Freitas Campolina Analista de Controle Externo – TC 2982-1

Reuder Rodrigues M. de Almeida Coordenador – TC 2695-3

(assinado digitalmente)